



8688428

08129.002051/2019-50



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Decisão nº 6/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE

Assunto: JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo: 08129.002051/2019-50

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2019

O Pregoeiro do Ministério da Justiça - MJ, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria nº 71, de 25 de março de 2019, e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas condições e decisões acerca do Recurso Eletrônico interposto pela licitante **HELICIO KRONBERG**, inscrito no CPF sob o nº **085.187.848-24**, doravante denominado Recorrente, em relação à aceitação e habilitação do licitante **Afonso Marangoni**, inscrito no CPF sob o nº **214.675.019-72**, doravante denominada Recorrida, para o **ITEM 01**.

1. DA SÍNTESE FÁTICA

1.1. Cuida-se de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por item, visando a contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

1.2. O objeto do pregão está disposto da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	COMISSÃO MÁXIMA ACEITÁVEL (comitente)	VALOR ESTIMADO
1	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Região de Foz do Iguaçu (englobando as localidades de: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Matelândia, medianeira, Missal, Ramiândia, Santa Helena, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu), Guaíra e Região (englobando as localidades de: Mercedes e Terra Roxa), Cascavel e região (englobando as localidades de: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Quedas do Iguaçu, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná)	MESES	12	5%	100,00
2	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Mato Grosso do Sul	MESES	12	5%	100,00
3	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Estado do Paraná, com exceção da área indicada no lote 1	MESES	12	5%	100,00
4	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Cidade de São Paulo/SP e região metropolitana	MESES	12	5%	100,00
5	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Estado de São Paulo, com exceção da área indicada no lote 4	MESES	12	5%	100,00
6	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Minas Gerais	MESES	12	5%	100,00
7	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Rio Grande do Sul	MESES	12	5%	100,00
8	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Santa Catarina	MESES	12	5%	100,00

1.3. O Edital foi publicado, tendo sido apresentados pedidos de esclarecimentos, os quais foram devidamente respondidos em tempo hábil.

1.4. A sessão pública para a fase de lances foi aberta no dia e horário designados e após a conclusão da etapa de lances, por meio do critério de desempate sorteio, restaram classificados os fornecedores na ordem indicada no documento SEI nº 8537321.

1.5. Ato contínuo, procedeu-se a convocação das licitantes classificadas, nos termos do itens 8.1 e 6.1 do Edital, em ordem de classificação, para apresentação da proposta comercial e demais documentos relativos à fase de aceitação e habilitação, conforme tabela abaixo:

ITEM 1		
Classificação	Licitante	Situação
1º Sorteio	FABIO GOMES PIETOSO	Recusado
2º Sorteio	AFONSO MARANGONI	Aceito/Habilitado
3º Sorteio	JORGE VITORIO ESPOADOR	Não convocado
4º Comprasnet	FERNANDO DE OLIVEIRA KUSS	Não convocado
5º Comprasnet	ANDRE DE OLIVEIRA KUSS	Não convocado
6º Comprasnet	CLAUDIO CESAR KUSS	Não convocado
7º Comprasnet	HELICIO KRONBERG	Não convocado
8º Comprasnet	DANIEL OLIVEIRA JUNIOR	Não convocado
9º Comprasnet	FABIO GONCALVES BARBOSA	Não convocado
10º Comprasnet	VICENTE DE PAULA XAVIER FILHO	Não convocado

1.6. A equipe técnica da SENAD, após provocação do Pregoeiro, por meio do Despacho nº 75/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE (8571090), analisou as documentações relativas à proposta comercial, exequibilidade dos preços ofertados, especificações do objeto e habilitação técnica, por meio da Nota Técnica n.º 6/2019/CGPP/DPPA/SENAD/MJ (8576269). Prosseguindo, este Pregoeiro realizou diligências compreendidas como cabíveis, dentro de suas competências normativas, em virtude das informações constantes da Nota Técnica junto à Junta Comercial do Paraná para averiguação de autenticidade dos documentos apresentados (prazos vencidos); bem como a verificação junto ao licitante de vício formal sinalizado nos itens 3.6.4 e 3.6.5 da Nota Técnica nº 6/2019/CGPP (ausência de assinatura nos documentos).

1.7. As documentações e procedimentos encontram-se devidamente documentados nos autos, conforme preconiza o item 9.4 do Edital (.

2. DA INTENÇÃO DE RECURSO

2.1. Aberto prazo para apresentação de intenção de recurso no Sistema Comprasnet, conforme item 9.1 do Edital, a licitante HELCIO KRONBERG, inscrita no CPF sob o nº 085.187.848-24, apresentou a seguinte intenção:

"NECESSIDADE DE OBSERVAÇÃO AOS ATESTADOS DE DESVÍNCULOS DE DÉBITOS ITEM 8 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. 10% DE COMPROVAÇÃO DE CADA ITEM OBJETO DA LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO. INSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DILIGÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS. ILEGALIDADE DILIGÊNCIAS. PUBLICIDADE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NO QUE DIZ RESPEITO AOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELOS LICITANTES. CERTIDÃO DA SEGURIDADE SOCIAL, FGTS, MEIO INADEQUAD" (sic).

3. DA TEMPESTIVIDADE

3.1. Tal como a intenção, o recurso e a contrarrazão foram tempestivamente inseridos no Sistema Comprasnet e analisados, tendo em vista a presença dos requisitos de admissibilidade, bem como o direito de ampla defesa e do contraditório, previstos no Edital da licitação e nas normas pertinentes.

4. DO RECURSO

4.1. Em linhas gerais o Recorrente HELCIO KRONBERG alega que os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida não atendem os requisitos exigidos no Edital, afirma ser necessária a comprovação de desvinculo de débitos de veículos e insuficiência na comprovação de 10% de cada objeto da licitação (cada item inserido no quadro demonstrativo do bens perdidos),

alegando, também, a ausência de transparência e publicidade quanto às diligências realizadas e comprovação de inscrição e de regularidade perante a Previdência Social irregular.

4.2. De inteiro teor, a Recorrente aduz:

(...)

HELICIO KRONBERG, brasileiro, leiloeiro público oficial, devidamente matriculado perante a JUCEPAR nº 653, inscrito sob o CPF 085.187.848-24, com endereço a Rua Padre Anchieta, 2540, Sala 401 – 4º andar, Bigorrião, CEP 80.730-000, na cidade de Curitiba/PR, vem apresentar a presente intenção de Recurso ao Edital de licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 04/2019 – Processo nº 08129-002051/2019-50, com fulcro nos itens 9.1 e seguintes do referido edital, nos termos das razões que se passa a expor:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Consoante disposto no item 9.1 do Edital, o pregoeiro declarará o vencedor, sendo que após a fase de regularização fiscal e trabalhista, concederá prazo para apresentação de intenção de recurso.

Desta forma, tendo em vista que a intenção recursal foi devidamente apresentada de forma tempestiva, tem-se que o prazo para apresentação das razões de recurso é de até três dias. Portanto, não restam dúvidas da tempestividade.

2. NULIDADE. LICITANTE QUE NÃO ATENDEU AS CONDIÇÕES DE EDITAL

2.1. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO AOS ATESTADOS DE COMPROVAÇÃO DE DESVINCULO DE DÉBITOS DE VEÍCULOS. NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DOS LICITANTES VENCEDORES.

Verifica-se do edital ora objeto do presente recurso, em especial o item 6.1.21 – Termo de Referência, que é obrigado ao leiloeiro proceder a entrega dos bens após seu pagamento, dando suporte técnico, inclusive para os atos que sucedem a hasta pública. Vejamos:

(Termo de Referência – Anexo I)

“6.1.21. O leiloeiro deverá proceder à entrega dos bens aos arrematantes após seu pagamento, dando suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à realização da hasta pública: da preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes.”
(Grifo nosso)

Logo entende-se por atos que sucedem a hasta pública a prestação de contas, realizar publicação do resultado do leilão, e dentre outras funções inerentes verifica-se a entrega dos bens livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou débitos, nos termos da Res. 623/2016 do CONTRAN.

Portanto, em razão do previsto em edital, conforme acima exposto, verifica-se a clara necessidade de que o licitante deverá ser declarado habilitado, após comprovar a solicitação de tais diligências perante aos órgãos de trânsito, conforme é claro o Edital em demonstrar tal necessidade de comprovação mediante requerimentos de baixa dos débitos e qualquer outro documento hábil a demonstrar tais diligências.

Neste sentido, é necessário frisar que os licitantes habilitados pelo Pregoeiro para os ITENS 01 e 03, quais sejam o Sr. Afonso Marangoni e o Sr. Jorge Vitorio Espolador, não apresentaram certidão e/ou documento hábil a comprovar a realização/solicitação de desvinculo dos débitos que recaem sobre os veículos objetos da licitação, de modo que consequentemente, tendo em vista a ausência de requisito formal do edital, tornam-se inabilitados para a presente licitação.

Neste sentido é o entendimento do E. TRF-1, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. NÃO-ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. INABILITAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO. LEGITIMIDADE. 1. “O princípio da vinculação ao edital previsto no artigo 41, caput da Lei 8.666/98, impede que a administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados.” (MS 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal SELENE MARIA DE ALMEIDA, Terceira Seção, DJ de 10/11/2004, p.03). 2. Não se tratando de exigências ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade (inclusão na composição dos preços dos encargos sociais e dos direitos trabalhistas previstos na lei e nas convenções coletivas de trabalho das categorias de profissionais das empresas concorrentes), inexistente direito subjetivo líquido e certo do licitante a não observância delas. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TRF-1 – AG. 16906 MT 2006.01.00.016906-2, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES, Data de julgamento: 13/10/2006 SEXTA TURMA, Data de Publicação: 30/10/2006 DJ. p.216)

(grifo nosso)

Ainda, sob esta ótica, é necessária a inabilitação dos licitantes vencedores dos ITENS 01 e 03, haja vista que dos documentos acostados no presente processo licitatório, não vislumbram cumprimento ao requisito do edital, que concerne na desvinculação de débitos e ônus que recaem sobre os veículos objetos de alienação por leilão.

Logo, ao não cumprir o mínimo exigido pelo edital, devem ser declarados inabilitados para o certame, sendo que na hipótese de manutenção dos vencedores, é clara a ilegalidade do processo licitatório.

2.2. ITEM 8 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. 10% DE COMPROVAÇÃO DE CADA ITEM OBJETO DA LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO. INSUFICIÊNCIA.

Inicialmente cumpre informar que conforme nota técnica nº 27/2019/DILIC/COPLI/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ que o Sr. Leiloeiro Afonso Marangoni teve sua habilitação aceita pelo Sr. Pregoeiro, nos termos do item 7.29 do edital, no que se refere a Região descrita no ITEM 01.

Também nota-se que nos termos da nota técnica nº 29/2019/DILIC/COPLI/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ, o licitante Jorge Vitorio Espolador teve sua habilitação aceita pelo Sr. Pregoeiro, nos termos do item 7.29 do edital, no que se refere a Região descrita no ITEM 03.

Tem-se que para ambos os licitantes, conforme as notas técnicas acima citadas exaradas pelo Sr. Pregoeiro, concluiu-se que os mesmos atendiam o disposto no item 7.20.2 do Edital (Qualificação Técnica), contudo, tal aceitação pela comprovação de atendimento do respectivo item, não merece prosperar.

Nos termos do item 7.20.2.1 do Edital, c/c item 8.1.4 do Termo de Referência todo licitante deveria apresentar pelo menos 1 (um) atestado de Capacidade Técnica que comprovasse a realização de no mínimo 10% (dez por cento) de cada item inserido no quadro demonstrativo dos bens perdidos.

Nesta ótica, extrai-se da mesma nota técnica que a opção pelo deferimento e aceitação da habilitação dos licitantes acima mencionados encontra-se evitada de nulidade uma vez que ambos os licitantes apresentam ATESTADOS que comprovam a realização de apenas 10% sobre o todo, quando de fato deveriam apresentar certidão para cada item.

Em razão disto, verifica-se novamente que os licitantes, não atendem o mínimo exigido pelo Edital, pois conforme a documentação apresentada pelos licitantes, estes não comprovam de fato a realização de venda para cada item individualmente. Portanto, devem ser declarados inabilitados, em razão da ausência de requisito formal do Edital, de modo que a manutenção das decisões de aceitação, tornam o processo licitatório nulo.

2.3 AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DILIGÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS. ILEGALIDADE

Inicialmente, extrai-se das notas técnicas proferidas pelo Sr. Pregoeiro que o mesmo informa ter realizado diligência para esclarecimentos no que se refere a documentação apresentada para qualificação técnica e jurídica dos licitantes.

Embora tenha se optado pela aceitação do licitante Jorge Vitório Espolador, após a realização de diligências, não é claro que o processo licitatório de fato foi cumprido na íntegra conforme disposto pelo edital.

A nota técnica nº 8/2019/CGPP/DPPA/SENAD/MJ dispõe que o licitante Jorge Vitório Espolador, deixou de apresentar declaração de infraestrutura para guarda de Bens, de modo que concluiu-se pela insuficiência de dados para possibilitar a análise dos documentos apresentados pelo próprio.

"[...] 3.6.4. Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros dos materiais porventura lá acautelados: em que pese haver Atestado de Capacidade Técnica expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Londrina-PR indicando prestação de serviço de guarda/armazenamento/conservação de bens móveis, não cumpriu integralmente o item 7.20.4 do Edital: documento não apresentado."

"[...] Ante aos fatos narrados, conclui-se pela insuficiência de dados para possibilitar a análise"

Ou seja, dentro do prazo estipulado para apresentação de toda a documentação, o licitante NÃO APRESENTOU, a declaração de infraestrutura para guarda de bens, o que instantaneamente o torna inabilitado para o processo licitatório em questão.

Porém, o pregoeiro emitiu nota técnica relativa ao ITEM 03 (Paraná), da qual informa que houve a realização de diligência e que por consequência o pleito do licitante foi atendido a fim de consignar sua habilitação.

Contudo, tal fato não condiz com a realidade do processo licitatório em questão, pois constata-se da documentação acostada pelo licitante Jorge Vitório Espolador, bem como da documentação apresentada como diligência realizada de ofício pelo Sr. Pregoeiro, que de fato o licitante não apresentou declaração de infraestrutura para guarda dos bens.

É claro que o mesmo não apresentou a documentação tempestivamente, o que o torna instantaneamente inabilitado para licitação, nos termos do item 7.28 do Edital, de modo que o Sr. Pregoeiro a partir da não apresentação da documentação, não poderia sequer ter realizado qualquer tipo de esclarecimento.

Por outro lado, veja-se que o Edital no item 6.3, dispõe da previsão de que caso exista a necessidade de ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, poderão ser efetuadas diligências para aferir a exequibilidade das propostas e análise de documentos já apresentados.

"6.3. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta"

Contudo, lembrando que não foi oportunizado acesso aos licitantes sobre as diligências efetuadas (o que será objeto de impugnação em tópico específico), é válido ressaltar que não se pode confundir esclarecimentos com solicitação de documentos que sequer foram juntados ao processo licitatório.

Pelo exposto, requer-se a revogação da decisão do Sr. Pregoeiro em optar pela aceitação do ITEM 01, para o fim de tornar-se desabilitado o Sr. Jorge Vitório Espolador, eis que o não atende ao mínimo exigido pelo edital.

2.4. DILIGÊNCIAS. PUBLICIDADE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NO QUE DIZ RESPEITO AOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELOS LICITANTES.

Nota-se do processo licitatório que o pregoeiro tinha por prerrogativa, solicitar esclarecimentos a respeito das informações trazidas pelos licitantes fim de aferir a qualidade técnica e jurídica e exequibilidade da proposta.

Dito isto, verifica-se que com relação aos ITENS 01 e 03, foram realizadas diligências (inclusive de ofício) para complementar as informações já trazidas pelos licitantes. Contudo, ainda que as notas técnicas façam menção às diligências realizadas, bem como pelo fato de estas se realizarem pelo chat, diretamente com o licitante, existe a necessidade de se ter acesso a tal procedimento, haja vista que por consequência dessas informações suplementares apresentadas pelos licitantes, ocasionaram na habilitação dos mesmos.

Ora, é indispensável que a Administração Pública permita o acesso dos licitantes para acompanhar a diligência que tem por finalidade verificar o atendimento de requisito de habilitação.

Sob esta perspectiva, verifica-se que o presente processo licitatório embora tenha-se feito menção a realização de diligência, frisa-se que para os ITENS 01 e 03, NÃO EXISTE documento publicado que comprove as diligências dos respectivos itens.

Diante disso, diante da ausência de transparência no processo licitatório, para os itens 01 e 03, requer-se a revogação das decisões de habilitação dos licitantes, em razão de ser nulo o processo licitatório.

2.5. DOCUMENTO INADEQUADO COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO E DE REGULARIDADE PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Nota-se dos documentos acostados pelos licitantes declarados habilitados para os ITENS 03, que ambos apresentaram documento que tinha por fim comprovar a inscrição e regularidade perante a previdência social, nos termos do item 7.15 do Edital.

Contudo, nota-se que o documento apresentado pelo Sr. Jorge Vitório Espolador não é documento hábil para comprovar a inscrição e regularidade com a Previdência Social, uma vez que não é emitido pelo órgão competente para atestar a regularidade do licitante.

Em função disso, verifica-se a necessidade de se ter apresentado declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, emitido pelo próprio Instituto Nacional do Seguro Social – Previdência Social.

Desta forma, requer a revogação da decisão que acatou a aceitação pela habilitação do licitante vencedor do ITEM 03, por não atender as condições de edital.

3. DOS PEDIDOS

Pelas razões acima expostas, o ora licitante requer o recebimento e admissão da presente recurso, vez que tempestivo e pertinente, a fim de que seja realizada a revogação da decisão do Sr. Pregoeiro que acatou a aceitação dos licitantes Afonso Marangoni e Jorge Vitório Espolador, haja vista que o processo licitatório e tal decisão encontra-se inválida de nulidade.

(...)

O Recorrido AFONSO MARANGONI contrapõe o seguinte em suas contrarrazões:

(...)

1. Trata-se de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, tendo por objeto a “Contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)”.

2. No dia 26 de abril de 2019 foram aceitas a Proposta e a Habilitação do ora Recorrido pelo Sr. Pregoeiro Eduardo de Oliveira da Rosa, conforme Nota Técnica nº 27/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ, após a desistência do primeiro colocado.

3. No dia 09 de maio de 2019, o ora Recorrente Hélio Kronberg interpôs Recurso Administrativo dirigido ao Sr. Pregoeiro alegando em síntese que:

(i) o Recorrido não cumpriu o disposto no item 6.1.21 do Anexo I - Termo de Referência, tendo em vista a suposta necessidade de apresentação dos atestados de comprovação de desvinculo de débitos de veículos, de forma prévia à realização da hasta pública;

(ii) o Recorrido não apresentou atestados que comprovam o cumprimento do item 8 do Anexo I – Termo de Referência, pois deveria ter apresentado pelo menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, nos termos do estabelecido no item 7.20.2.1, para cada tipo de bem indicado no quadro do item 8.1.4;

(iii) que não houve publicidade das diligências realizadas pelo Sr. Pregoeiro para complementar as informações prestadas pelo Recorrido, e

(iv) que seja aceito o Recurso Administrativo para revogar a R. Decisão do Pregoeiro que habilitou o Recorrido.

4. No entanto, o Recurso Administrativo interposto pelo Recorrente resta totalmente incabível e inoportuno, pois na verdade busca: (i) alterar/reformar o Edital da Licitação, dando interpretação inexistente aos termos do Edital e (ii) impor excesso de formalismo aos termos do Edital em detrimento do princípio da eficiência e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme se demonstrará a seguir:

I - DA SUPOSTA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DOS ATESTADOS DE COMPROVAÇÃO DE DESVINCULO DE DÉBITOS DE VEÍCULOS

5. O Recorrente Helcio Kronberg alega que o Recorrido descumpriu o item 6.1.21 do Edital, tendo em vista que deveria ter apresentado “documento hábil a comprovar a realização/solicitação de desvinculo dos débitos que recaem sobre os veículos objetos da licitação”.

6. No entanto, o item 6.1.21 do Edital, conforme transcrição abaixo, não estabelece qualquer obrigação para o Leiloeiro apresentar documento visando comprovar o “desvinculo dos débitos que recaem sobre os veículos”, tampouco que a suposta obrigação deveria ocorrer antes da realização da hasta pública.

“6.1.21. O leiloeiro deverá proceder à entrega dos bens aos arrematantes após seu pagamento, dando suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à realização da hasta pública: da preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes”. (grifos nossos)

7. Tal alegação do Recorrente é desprovida de qualquer sentido na medida em que o item 6.1.21 do Edital é claro ao estabelecer que o Leiloeiro “dará suporte técnico e operacional” às atividades que sucedem à realização da hasta pública, não existindo, ainda, qualquer menção à obrigação de apresentação do documento que comprove o “desvinculo dos débitos que recaem sobre os veículos”.

8. Assim, constata-se que o Recorrente pretende dar sentido inexistente ao item 6.1.21 do Edital, criando indevidamente a obrigação da apresentação de documento que não consta do Edital, tampouco poderia constar, pois o Leiloeiro/Licitante sequer teve acesso a lista de veículos objeto dos leilões a serem realizados.

II – DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ITEM 8 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

9. O Recorrente Helcio Kronberg alegou que o Recorrido não teria cumprido os termos do item 7.20.2.1, do Edital, uma vez que seria necessária a apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica que “comprovasse a realização de no mínimo 10% (dez por cento) de cada item inserido no quadro demonstrativo dos bens perdidos”.

10. Entretanto, a referida questão foi objeto de análise pela Administração Pública, conforme consta da Nota Técnica nº 6/2019/CGPP/DPPA/SENAD/MJ, onde ficou estabelecido “como válidos os documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro o leilão de veículos”.

11. A Administração Pública ao adotar como parâmetro o leilão de veículos, leva em consideração aquilo que considera primordial, agindo conforme sua discricionariedade e adotando formalismo moderado em detrimento do formalismo exagerado, o qual contrariaria o princípio da eficiência e da obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do que estabelece o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações”), tendo em vista que o Recorrido apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que não cobrará comissão da Administração Pública, mas tão somente dos arrematantes dos bens, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, conforme autorizado pelo Decreto nº 21.981/1932 (que regula a profissão de Leiloeiro Oficial).

12. Veja-se que o “Quadro Demonstrativo dos Bens Perdidos a Favor da União Discriminados por Itens”, contido no item 8.1.4, do Edital, demonstra apenas as quantidades estimadas de bens a serem leiloados, não existindo qualquer garantia ou obrigação da Administração Pública de cumprir o envio do número de bens indicado no referido quadro, podendo tal quantidade variar de acordo com a conveniência, oportunidade, possibilidade e necessidade da Administração Pública, conforme estabelece o item 8.2 do Edital.

13. Diante disso, adotar formalismo excessivo no sentido de exigir o cumprimento do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 poderia desviar a licitação do seu verdadeiro objetivo, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

14. Não obstante o mencionado acima, cumpre salientar que o Recorrido apresentou Declaração emitida pela 15ª Vara Federal de Curitiba atestando sua nomeação e a indicação de que realizou leilões que tiveram a 35 (trinta e cinco) veículos arrematados. Além disso, também juntou Atestado de Capacidade Técnica emitido pela 16ª Vara Federal de Curitiba na qual consta, além de sua nomeação, a indicação de que realizou leilões onde foram arrematados 33 (trinta e três) bens.

15. Assim, verifica-se que o Recorrido demonstrou capacidade técnica de cumprir o objeto da licitação, sendo absolutamente correta e em consonância com os princípios que a Administração Pública está sujeita, a R. Decisão do Sr. Pregoeiro que aceitou a proposta do Recorrido e o habilitou, nos termos na Nota Técnica nº 27/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ.

III – DA ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE NAS DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELA

16. Não bastassem os infundados argumentos contidos no Recurso Administrativo do Recorrente Hélio Kronberg expostos acima, ainda pretende o Recorrente alegar a nulidade do processo licitatório devido à suposta ausência de publicidade das diligências realizadas pela Administração Pública.

17. No entanto, a Administração Pública publica todas as decisões, pedidos e andamentos da presente licitação no site: <https://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2019/collective-nitf-content-3>, não tendo o Recorrente demonstrado quais seriam as diligências que careceram de publicidade, tampouco que fez qualquer requerimento no sentido de obter acesso a diligências que supostamente não teriam sido publicadas no site acima indicado.

18. Dessa forma, não cabe falar na existência de qualquer tipo de nulidade no processo licitatório.

19. Ante o exposto, o Recorrido requer que o Recurso Administrativo interposto pelo Recorrente Hélio Kronberg seja indeferido, devendo ser mantida a habilitação do Recorrido na presente licitação, por ter apresentado todos os documentos exigidos para sua habilitação, bem como por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Termos em que,
pede deferimento.

(...)

5. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO AOS ATESTADOS DE COMPROVAÇÃO DE DESVINCULO DE DÉBITOS DE VEÍCULOS E ITEM 8 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. 10% DE COMPROVAÇÃO DE CADA ITEM OBJETO DA LICITAÇÃO.

5.1. Na primeira alegação, a Recorrente arrazoa que os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida contém inconformidades insanáveis e que não atendem as exigências da qualificação técnica exigida no Edital, por entender que sucedem a hasta pública a prestação de contas, realizar publicação do resultado do leilão, e dentre outras funções inerentes verifica-se a entrega dos bens livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou débitos, nos termos da Res. 623/2016 do CONTRAN.

5.2. Convém enfatizar que um dos princípios basilares do procedimento licitatório é o julgamento objetivo. Como julgamento objetivo entende-se aquele baseado em critérios e parâmetros concretos, precisos, previamente estipulados no instrumento convocatório, que afastem quaisquer subjetivismos quanto à análise da documentação. Nesse sentido, a apresentação de atestados que comprovem "aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação", se referem às parcelas mais relevantes do objeto. Neste sentido, a área técnica enfatizou na Nota Técnica n.º 6/2019/CGPP/DPPA/SENAD/MJ (8576269):

Atestado de Capacidade Técnica em nome do proponente, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando a realização, com êxito, de objeto semelhante** ao desta Licitação **no quantitativo mínima igual ou superior a 10 % (dez por cento)** dos bens estimados, **constantes da tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência**, Anexo I deste Edital (ficou estabelecido como válidos os documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, **utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos**. Na forma apresentada, **deve-se comprovar a realização com êxito do leilão de 39 veículos**): **O licitante apresentou declaração emitida pela 15ª Vara Federal de Curitiba**, na qual consta sua nomeação com arrematação dos bens descritos conforme relacionou, **computando 35 (trinta e cinco) veículos**. De tal documento procedeu-se a verificação de autenticidade via sistema SEI. **Ainda, apresentou Atestado de Capacidade Técnica emitido junto a 16ª Vara Federal de Curitiba** na qual consta sua nomeação para venda judicial de veículos, **relacionando 33 (trinta e três) bens**.

5.3. Veja-se que os critérios relativos à análise da habilitação técnica restringiu-se à apresentação de ter, o leiloeiro, realizado leilão(ões) de veículos, no quantitativo mínimo de 10% (dez por cento) dos bens estimados na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de referência. Enfatiza-se que no dia 21/03/2019, às 13h20m11s, foi disponibilizado em campo próprio do Sistema de Compras Governamentais a resposta ao pedido de esclarecimento, cujo teor afirma aos interessados que a parcela de maior relevância restringia-se à realização de leilão de veículos como parâmetro. Essa é a resposta para o pedido de esclarecimento nº 09 referente ao Pregão Eletrônico n.º 04/2019:

Resposta 21/03/2019 13:20:11

Resposta 1.2 - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos.

5.4. Importa consignar que os pedidos de impugnação e de esclarecimento, com as respectivas respostas, encontram-se disponibilizados no site do Ministério da Justiça no seguinte endereço eletrônico: <http://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/>. O Edital é preciso em relação aos pedidos de esclarecimentos no item 19, *ipsis verbis*:

Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital. Contemplemos literalmente o que diz o artigo 19 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005:

5.5. É obrigação da Administração, dentre outras específicas para execução do futuro objeto contratado, prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pelas empresas.

Não pode a Administração descumprir as normas e condições do ato convocatório, ao qual se acha estritamente vinculada, sob pena de tornar nulo o procedimento. Quanto ao pregão, a legislação faculta a qualquer pessoa, cidadão ou licitante, solicitar esclarecimentos e estes têm o direito a obter resposta para petições encaminhadas ao órgão licitador, ainda que improcedentes ou sem fundamentação legal.

Entende o TCU que "esclarecimentos prestados administrativamente para responder a questionamento de licitante têm natureza vinculante para todos os participantes do certame, não se podendo admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório" (BRASIL, 2015h). Conclui-se que a resposta publicada, para todos os fins, adere aos termos do edital (caráter aditivo), vinculando a comissão de licitação e o pregoeiro quando do julgamento das propostas, habilitação e demais atos decisórios relativos à condução do certame (trecho retirado da obra Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência. Senado Federal, 2017. p.91.)

5.6. Quanto ao caráter vinculante dos esclarecimentos prestados, ressalta o doutrinador Marçal Justen Filho que "é prática usual, fomentada pelo próprio art. 40, inc. VIII, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração". Acrescenta, ainda, que "a força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato convocatório. Se a Administração escolhe uma ou algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá vinculação". (grifos nossos)

5.7. O Superior Tribunal de Justiça - STJ coaduna com o mesmo entendimento do TCU, senão vejamos:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. OBRAS PARA A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO. FALTA DE MOTIVAÇÃO DO ATO EMANADO DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPUGNAR O EDITAL. UTISPENDÊNCIA. PRELIMINARES. AFASTADAS. RECURSO ADMINISTRATIVO PROVIDO PARA INABILITAR O CONSÓRCIO FORMADO PELAS IMPETRANTES. INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE REGÊNCIA DA LICITAÇÃO EM COMENTO. **ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EM COMPLEMENTO AO EDITAL 2/2007. CARÁTER VINCULANTE**ALTERAÇÃO DAS REGRAS NO MOMENTO DA APRECIACÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

5.8. Nessa linha de raciocínio, a resposta ao pedido de esclarecimento caracteriza efeito vinculante ao Edital, no sentido de possuir a mesma força obrigatória do instrumento convocatório. Desta forma, exigir do Licitante a comprovação acessória de que tais leilões realizados pelo Leiloeiro viessem acompanhados de documentos que sucedem a hasta pública, como a prestação de contas, bem como a demonstração da entrega dos bens livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou débitos, nos termos da Res. 623/2016 do CONTRAN, seria excesso não previsto em Edital, para fins de habilitação técnica, que poder-se-ia afrontar o princípio da ampla concorrência, por ser mais restritivo do que a comprovação necessária ao exame de habilitação técnica escolhido pela área demandante.

AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DILIGÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS E DILIGÊNCIAS. PUBLICIDADE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NO QUE DIZ RESPEITO AOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELOS LICITANTES.

5.9. Pugna a Recorrente quanto a não apresentação de documentos por parte desta Comissão de Licitação, questionando, inclusive, a comprovação das diligências de esclarecimentos tomadas. Sob esta perspectiva, alega que o presente processo licitatório embora tenha-se feito menção a realização de diligência, frisando que para os ITENS 01 e 03, NÃO EXISTE documento publicado que comprove as diligências dos respectivos itens e, por isso, requer a revogação das decisões de habilitação dos licitantes, em razão de ser nulo o processo licitatório.

5.10. Insta consignar que, segundo Marçal Justen Filho, "a diligência é uma providência para confirmar o atendimento pelo licitante de requisitos exigidos pela lei ou pelo edital, seja no tocante à habilitação, seja quanto ao próprio conteúdo da proposta." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 16. ed., RT: São Paulo, 2014, p. 803).

5.11. Aliás o Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2019 estabelecia exatamente a possibilidade de adoção dessa medida. Trata-se de poder-dever de promover diligências, previsto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, para aclarar fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para tomada de decisão da Administração nos procedimentos licitatórios. Nos termos das Notas Técnicas supramencionadas nas razões pela Recorrente, encontram-se as informações que necessitavam de maiores informações ou complementações. No caso, averiguação de autenticidade dos documentos apresentados (prazos vencidos); bem como a verificação junto ao licitante de vício formal sinalizado nos itens 3.6.4 e 3.6.5 da Nota Técnica nº 6/2019/CGPP (ausência de assinatura nos documentos).

5.12. Veja-se que seria excesso de formalismo promover a inabilitação sem antes conceder a oportunidade para a aposição das assinaturas nos documentos. Assim, constatando-se a ausência de assinaturas do representante legal em determinados documentos (sejam de habilitação ou de proposta) e este se encontra na sessão pública, a conduta mais adequada é permitir o suprimento de tais falhas. Com isso, afasta-se o excesso de formalismo nas decisões e ampliam-se as chances de obtenção de propostas mais vantajosas, em atendimento ao Interesse Público. Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93), a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no edital. No entanto, tendo como finalidade privilegiar a competição mediante a manutenção na disputa de licitantes que tenham entregue documentação omissa/incompleta, a Lei de Licitações legítima a realização de diligências.

5.13. Em tempo, no que pertine à declaração de infraestrutura para guarda de bens (...), convém trazer à baila os termos da Nota de Esclarecimento publicada no sítio do Portal de Compras Governamentais no dia 21/03/2019, portanto, anterior à abertura da sessão:

Aviso 21/03/2019 16:56:18

NOTA DE ESCLARECIMENTO Com o objetivo de tornar mais clara e efetiva a redação dos critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, constante do Edital de Licitação nº 04/2019, informamos que, Onde se lê: Item 7.20.4 Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados. Leia-se: Item 7.20.4 Declaração de que possuirá infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados. Tal declaração refere-se a evento futuro, ou seja, na ocasião da habilitação o licitante deverá apresentar uma declaração, que poderá ser informada na própria proposta ou em documento apartado, de que no momento oportuno para a execução do objeto, após contratado, conforme o modelo de execução disposto no item 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, possuirá a infraestrutura, licenças, certidão de regularidade e apólice de seguro. Tal leitura se faz necessária ante ao fato de que somente após a formalização do instrumento de contrato, o contratado receberá da contratante a relação de bens a serem alienados

5.14. Da Nota de Esclarecimento acima, verifica-se que a mencionada declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados podará ser informada na própria proposta ou em documento apartado de que no momento oportuno para a execução do objeto, após contratado, conforme o modelo de execução disposto no item 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, possuirá a infraestrutura, licenças, certidão de regularidade e apólice de seguro. Tal leitura se faz necessária ante ao fato de que somente após a formalização do instrumento de contrato, o contratado receberá da contratante a relação de bens a serem alienados, tido, portanto, como ato sanável, das informações que possam restar da proposta.

5.15. Neste sentido, com muita clareza, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

5.16. Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da Lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)

5.17. Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanados mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário).

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção

5.18. Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital". Cabe ao agente responsável bem ponderar se é necessário ou não, para poder decidir adequadamente, complementar e esclarecer alguma condição que envolve a situação sobre a qual decidirá. Se, para que se possa bem decidir, for indispensável realizar a complementação ou o esclarecimento da informação, caberá ao agente responsável realizá-la, inclusive como dever de ofício. Portanto, reitera-se que o Pregoeiro realizou diligências compreendidas como cabíveis, dentro de suas competências normativas, em virtude das informações constantes da Nota Técnica junto à Junta Comercial do Paraná para averiguação de autenticidade dos documentos apresentados (prazos vencidos); bem como a verificação junto ao licitante de vício formal sinalizado nos itens 3.6.4 e 3.6.5 da Nota Técnica nº 6/2019/CGPP (ausência de assinatura nos documentos).

DOCUMENTO INADEQUADO COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO E DE REGULARIDADE PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL.

5.19. Por fim, tem-se que o Recorrente utilizou-se das mesmas razões para pugnar itens diversos (item 01 e item 03), onde não se verificam motivos relativos ao julgamento dos atos praticados para o Recorrido Afonso Marangoni, sobre o tópico, de modo que evidencia-se nas argumentações levantadas que trata-se de ponderações apontadas ao Sr. Jorge Vitório Espolador, item 03, que será tratado em documento oportuno.

5.20. O intuito basilar dos regramentos que orientam as contratações pela Administração é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos que regem o processo licitatório. Isto posto, a Requerida possui a proposta mais vantajosa para a Administração, no percentual de 0% (zero por cento), cabendo enfatizar que a Recorrente ofertou a proposta/lance menos vantajosa, de 5% (cinco por cento), nos termos da tabela editalícia, classificando-se em 7º lugar.

5.21. Os fatos narrados nas peças recursais e ocorridos durante a sessão pública não são motivos suficientes para ensejar a revogação e/ou nulidade do procedimento administrativo, além de que feriria o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, trazendo prejuízos à Administração.

6. DA CONCLUSÃO

6.1. Analisando a razão recursal da Recorrente em face da contrarrazão apresentada pelo Recorrido, bem como da legislação vigente, edital, órgãos de controle, princípios administrativos e com lastro nas manifestação da área técnica demandante, por meio das Notas Técnicas de análises, verifica-se que **não se afiguram motivos para a reconsideração da decisão de declarar vencedor do Pregão Eletrônico nº 04/2019, o licitante Afonso Marangoni**, inscrito no CPF sob o nº **214.675.019-72, para o ITEM 01** nem para proceder a sua desclassificação/inabilitação, razão razão pela qual **CONHEÇO DO RECURSO e NEGO PROVIMENTO**.

6.2. Submete-se a presente decisão à Autoridade Superior, conforme inciso VII, do artigo 11, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA, Pregoeiro(a) Oficial**, em 16/05/2019, às 16:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8688428** e o código CRC **A1C73A3A**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.